

Desenvolvimento e metodologias em Economia

O ESTADO-DA-ARTE CONSISTE BASICAMENTE NA ARTE DE RECHAÇAR O ESTADO

Nas últimas três-quatro décadas, o ensino, a pesquisa e o exercício profissional na área da Economia têm sido fortemente marcados por uma abordagem metodológica quantitativa, que se ampara em duas causas proeminentes, entre outras: primeiro, a facilidade proporcionada pelas novas tecnologias de armazenamento e processamento de informações, que fazem das modelagens e cálculos brincadeira de criança; segundo, o prestígio que a suposta capacidade de previsão (quando não predição) de tais modelos e cálculos dá aos economistas. Moleza e prestígio se juntam e fazem desse profissional o novo sacerdote do Deus-Mercado.

O FUNDAMENTAL É PRODUZIR ANÁLISES QUE, LONGE DA PREPOTÊNCIA PSEUDOCIENTÍFICA, ATENDEM PARA OS INTERESSES EM CONFRONTO, NA BUSCA DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Outro aspecto notável dessa tendência é que esses sacerdotes estão usando as técnicas econométricas fundamentalmente para buscar evidências da ineficiência do Estado, que culminam em recomendações para desregulamentações, privatizações, freios fiscais e políticas assemelhadas. Tudo para que o demônio da intervenção governamental não estrague o paraíso mercantil.

As metodologias e análises que optam por uma abordagem histórica ou que, pelo menos, consideram a História, foram praticamente abandonadas pelos economistas, sobrevivendo marginalmente. Até mesmo o institucionalismo, claramente propenso a este viés, tem sido depurado deste “defeito”... Parece não ter importância o fato de que com toda sua competência para a modelagem e para os cálculos, a mainstream “não se deu conta” do que foi se acumulando para dar no que deu o neoliberalismo dos anos 1980-2000: a profunda crise iniciada com o estouro de 2008.

No Brasil, universidades e centros de pesquisa, órgãos governamentais e frações importantes da opinião pública consomem as análises e recomendações dessa vertente perigosa da Ciência Econômica, ostentando o domínio do “estado-da-arte”. E o estado-da-arte consiste na arte de rechaçar o Estado, basicamente.

Cabe lançar um desafio a esse tipo de analista, no Brasil (para restringir o escopo da problemática): demonstrem, com dados e fatos históricos, que o mercado, deixado por si só, tendo suas leis e forças totalmente livres para determinar a atividade e o desempenho econômico, foi, em algum momento, causa ou motivo para se chegar ao nível atual de desenvolvimento do país; comprovem, também com metodologia que respeite a História, que algum dia o Brasil vivenciou condições mercantis “puras”



© Thinkstock

ou próximas disso, para que, aqui, as relações econômicas estritamente liberais produzissem o que se afirma abstratamente que produzem.

Se, entretanto, não desejarem aceitar esse desafio de mudar seus fundamentos metodológicos, aceitem um menor: ampliem o alcance preditivo de seus modelos, reduzindo, assim, as limitações do tipo: “sob a hipótese de vacas cilíndricas”, a produtividade do setor leiteiro pode ser ampliada mediante o fim de subsídios aos produtores.

Não vai nesta crítica nenhuma aversão à Matemática, à Estatística, à Econometria, aos esforços de quantificação e cálculo, tão fundamentais na Ciência Econômica, mas uma repulsa explícita à redução do mundo a esses elementos, redução que só é ouro para tolo: embasbacar quem não sabe fazer contas e se admira diante de quem parece saber (sem se dar conta de que “rodar o modelo” no compu-

tador não é tão difícil assim, com os pacotes estatísticos disponíveis).

O fundamental, neste momento da economia mundial e nesta fase de enlacramento da economia brasileira, é produzir análises que, longe da prepotência pseudocientífica, atentem para as estruturas de poder e geopolíticas, para as relações estratégicas, para os interesses em confronto, na busca de um projeto de desenvolvimento, ou seja, uma articulação entre instituições mercantis e estatais que, no atual contexto global, viabilize as condições materiais para a sobrevivência dos que habitam as fronteiras do que vimos chamando de Brasil desde 1500. De preferência com um pouco mais de perspectivas inclusivas do que tem sido feito até aqui; de preferência incluindo nos cálculos elementos pertinentes à necessidade de melhor distribuição da riqueza e da renda. [UC](#)



Valdemir Pires é economista, professor e pesquisador do Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.